

Octante Securitizadora S.A.

**Relatório sobre a Revisão de
Informações Trimestrais – ITR
em 31 de março de 2014**



KPMG Auditores Independentes
R. Dr. Renato Paes de Barros, 33
04530-904 - São Paulo, SP - Brasil
Caixa Postal 2467
01060-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel 55 (11) 2183-3000
Fax Nacional 55 (11) 2183-3001
Internacional 55 (11) 2183-3034
Internet www.kpmg.com.br

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos Diretores e Acionistas da
Octante Securitizadora S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, da Octante Securitizadora S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2014, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, a Demonstração do valor adicionado (DVA), referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2014, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 15 de maio de 2014

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Rodrigo de Mattos Lia
Contador CRC 1SP252418/O-3

Índice

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	1
Balanço Patrimonial Passivo	2
Demonstração do Resultado	3
Demonstração do Resultado Abrangente	4
Demonstração do Fluxo de Caixa	5
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	
DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014	6
DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013	7
Demonstração do Valor Adicionado	8

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
1	Ativo Total	354	183
1.01	Ativo Circulante	311	156
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	188	138
1.01.01.01	Banco Conta Movimento	188	138
1.01.06	Tributos a Recuperar	23	12
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	23	12
1.01.07	Despesas Antecipadas	100	6
1.01.07.01	Adiantamentos a Terceiros	8	1
1.01.07.02	Gastos Reembolsáveis	18	5
1.01.07.03	Despesas com Auditoria	74	0
1.02	Ativo Não Circulante	43	27
1.02.03	Imobilizado	37	23
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	37	23
1.02.04	Intangível	6	4
1.02.04.01	Intangíveis	6	4



RUBRICADO PARA
FINS DE IDENTIFICAÇÃO

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2	Passivo Total	354	183
2.01	Passivo Circulante	158	58
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	3	1
2.01.01.01	Obrigações Sociais	0	1
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	3	0
2.01.02	Fornecedores	123	12
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	123	12
2.01.03	Obrigações Fiscais	23	37
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	16	18
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	14	5
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	2	13
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	7	19
2.01.03.03.01	Iss a Recolher	7	19
2.01.05	Outras Obrigações	2	4
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	2	4
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	2	2
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	0	2
2.01.06	Provisões	7	4
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	7	4
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	7	4
2.03	Patrimônio Líquido	196	125
2.03.01	Capital Social Realizado	135	135
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	61	-10




 RUBRICADO PARA
 FINS DE IDENTIFICAÇÃO

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	334	45
3.03	Resultado Bruto	334	45
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-253	-73
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-253	-73
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-253	-73
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	81	-28
3.06	Resultado Financeiro	4	1
3.06.01	Receitas Financeiras	5	1
3.06.02	Despesas Financeiras	-1	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	85	-27
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-14	0
3.08.01	Corrente	-14	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	71	-27
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	71	-27
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,52592	-0,20000



KPMG
RUBRICADO PARA
FINS DE IDENTIFICAÇÃO

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
4.01	Lucro Líquido do Período	71	-27
4.03	Resultado Abrangente do Período	71	-27



DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		Exercício 01/01/2014 à 31/03/2014	Anterior 01/01/2013 à 31/03/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	68	-31
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	73	-27
6.01.01.01	Lucro/Prejuízo do Período	71	-27
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	2	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-5	-4
6.01.02.01	Aumento (Diminuição) em Fornecedores/Contas a Pagar	111	12
6.01.02.02	Aumento (Diminuição) em Impostos a Pagar	-12	-19
6.01.02.03	Aumento (Diminuição) em Provisões Trabalhistas	3	4
6.01.02.04	Aumento (Diminuição) em Impostos a Compensar	-11	-1
6.01.02.05	Aumento (Diminuição) em Adiantamentos a Terceiros	-7	0
6.01.02.06	Aumento (Diminuição) em Outras Contas a Receber	-13	0
6.01.02.07	Aumento (Diminuição) em Outras Obrigações	-2	0
6.01.02.08	Aumento (Diminuição) Despesas Antecipadas	-74	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-18	0
6.02.01	Aquisição de Bens do Ativo Imobilizado	-16	0
6.02.02	Aquisição de Bens do Ativo Intangível	-2	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	50	-31
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	138	87
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	188	56



KPMG
RUBRICADO PARA
FINS DE IDENTIFICAÇÃO

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/03/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	135	0	0	-10	0	125
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	135	0	0	-10	0	125
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	71	0	71
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	71	0	71
5.07	Saldos Finais	135	0	0	61	0	196

RUBRICADO PARA
FINS DE IDENTIFICAÇÃO

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/03/2013

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	135	0	0	-83	0	52
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	135	0	0	-83	0	52
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-27	0	-27
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-27	0	-27
5.07	Saldos Finais	135	0	0	-110	0	25

**RUBRICADO PARA
FINS DE IDENTIFICAÇÃO**

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício	Acumulado do Exercício Anterior
		01/01/2014 à 31/03/2014	01/01/2013 à 31/03/2013
7.01	Receitas	370	45
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	370	45
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-221	-18
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-221	-18
7.03	Valor Adicionado Bruto	149	27
7.04	Retenções	-2	0
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-2	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	147	27
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	4	1
7.06.02	Receitas Financeiras	4	1
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	151	28
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	151	28
7.08.01	Pessoal	30	23
7.08.01.01	Remuneração Direta	20	15
7.08.01.02	Benefícios	3	3
7.08.01.03	F.G.T.S.	1	1
7.08.01.04	Outros	6	4
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	50	32
7.08.02.01	Federais	31	32
7.08.02.03	Municipais	19	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	71	-27
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	71	-27



RUBRICADO PARA
FINS DE IDENTIFICAÇÃO

1 Contexto operacional

A Octante Securitizadora S.A. (“Companhia”) foi constituída em 3 de maio de 2010 sob a denominação de Mazomba SP Participações S.A. e teve seu registro na Junta Comercial do Estado de São Paulo -(JUCESP) efetuado em 17 de junho de 2010.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 08 de outubro de 2010, foi alterada a denominação social para Octante Securitizadora S.A.

A Companhia tem por objeto, (i) a aquisição e securitização de quaisquer direitos creditórios do agronegócio e de títulos e valores mobiliários lastreados em direitos de crédito do agronegócio; (ii) a aquisição e securitização de quaisquer direitos de crédito imobiliário e de títulos e valores mobiliários lastreados em direitos de crédito imobiliário; (iii) a emissão e a colocação, no mercado financeiro e de capitais, de Certificados de Recebíveis do Agronegócio e outros títulos e valores mobiliários lastreados em direitos creditórios do agronegócio que sejam compatíveis com as suas atividades; (iv) a emissão e a colocação, no mercado financeiro e de capitais, de Certificados de Recebíveis Imobiliários e outros títulos e valores mobiliários lastreados em direitos de crédito imobiliário que sejam compatíveis com as suas atividades; (v) a realização de negócios e a prestação de serviços compatíveis com a atividade de securitização de direitos creditórios do agronegócio ou de direitos de crédito imobiliário e emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio, Certificados de Recebíveis Imobiliários ou outros títulos e valores mobiliários lastreados em direitos creditórios do agronegócio ou em direitos de crédito imobiliário, incluindo, mas não se limitando a, administração, recuperação e alienação de direitos de crédito; e (vi) a realização de operações em mercados de derivativos, com a função de proteção de riscos na sua carteira de créditos.

A Companhia obteve seu registro junto à Comissão de Valores Mobiliários - (CVM), como emissor de valores mobiliários na categoria “B” em conformidade com as disposições da Instrução CVM 480/2009 em 14 de fevereiro de 2011, através do OFÍCIO/CVM/SEP/RIC/nº07/2011 e iniciou suas operações em setembro de 2011, com a primeira prestação de serviços.

No trimestre findo em 31 de março de 2014, a Companhia realizou duas emissões de CRAs que totalizaram R\$149.566 mil. Em 2014, a Companhia tem a intenção de aumentar o volume de emissões que permitirá um aumento da receita de administração do patrimônio separado.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

As informações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária (contendo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638 aprovada em 28 de dezembro de 2007), as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

As informações trimestrais foram aprovadas pela Administração em 15 de maio de 2014.

3 Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração dessas informações trimestrais são as seguintes:

a. Apuração do resultado

As receitas, custos e despesas são contabilizados pelo regime de competência, incluindo os efeitos das variações monetárias computados sobre ativos e passivos indexados.

b. Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída com base no lucro real (tributável) à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% e a provisão para contribuição social à alíquota de 9%, conforme legislação em vigor. A Companhia não constituiu créditos tributários sobre o prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social nos exercícios anteriores por se encontrar em fase inicial de operações, no entanto, a expectativa de geração de lucros tributáveis durante esse exercício se concretizou, pois no exercício findo em 31 de março de 2014 houve duas emissões de Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRAs), e os respectivos impostos foram reconhecidos no ativo da Companhia para serem compensados na apuração do exercício.

	2014
Resultado do Período	85
(+) Adições	-
(-) Exclusões/Compensações	(25)
Base de Cálculo IRPJ e CSLL	60
Taxa efetiva para Impostos	24%
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	14

O montante referente a estoque de créditos tributários não constituídos é de R\$ 10 (2013 R\$ 18).

c. Ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os ativos estão demonstrados pelo valor líquido de realização e/ou formação. Os passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço.

d. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de três meses ou menos, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Incluem aplicações financeiras mencionadas na Nota 4.

e. Instrumentos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob a categoria de instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente.

f. Demais ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias (em base pro rata dia) auferidas e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos são demonstrados por valores conhecidos e calculáveis, acrescidos dos encargos e variações monetárias (em base pro rata dia) incorridos.

g. Reconhecimento de ativo financeiro

O tratamento contábil de reconhecimento de ativos financeiros depende da extensão em que a Companhia está exposta a riscos, benefícios e controle relacionados aos ativos financeiros onde a Companhia atuou como emissora dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio – CRAs e os transferiu à terceiros. Se a Companhia transfere substancialmente todos os riscos e benefícios a terceiros - venda incondicional de ativos financeiros, venda de ativos financeiros com base em um contrato que prevê a sua recompra pelo valor justo na data da recompra, securitização de ativos na qual a Companhia não retém uma dívida subordinada ou concede uma melhoria de crédito aos novos titulares, e outras hipóteses similares - o ativo financeiro transferido é baixado e quaisquer direitos ou obrigações retidos ou criados na transferência são reconhecidos simultaneamente.

Desse modo, ativos financeiros somente são baixados quando os direitos sobre os fluxos de caixa que foram gerados tiverem sido extintos ou quando substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes tiverem sido transferidos a terceiros. Similarmente, passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações geradas tiverem sido extintas ou quando forem adquiridos com a intenção de serem cancelados ou revendidos.

Os recebíveis do agronegócio, lastros de operações de securitização foram objeto de baixa quando da emissão de seus respectivos Certificados de Recebíveis do Agronegócio - CRAs.

h. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes:

- (i) Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado.;
- (ii) Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados e nem divulgados; e
- (iii) Obrigações legais são registradas na mesma rubrica dos passivos contingentes, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de processos em que a Companhia questionou a inconstitucionalidade de tributos.

No trimestre findo em 31 de março de 2014 e 31 de dezembro de 2013, a Companhia não esteve envolvida em nenhum processo judicial (ativo e passivo), e não existem passivos contingentes contabilizados.

i. Imobilizado

São reconhecidos pelo valor de custo de aquisição, deduzidos da depreciação ou perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*).

A depreciação é reconhecida no resultado da Companhia tendo como base o método linear com relação às vidas úteis que são estimadas de cada parte de um item do imobilizado.

As vidas úteis estimadas para os períodos correntes e comparativos são as seguintes:

Equipamentos de Informática	5 anos ou 60 meses
Móveis e Utensílios e Central Telefônica	10 anos ou 120 meses

j. Intangível

Os ativos intangíveis que são adquiridos separadamente são mensurados pelo valor de custo de aquisição no momento de seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao seu valor de custo de aquisição subtraindo-se a amortização acumulada e perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (*impairment*).

A vida útil dos ativos intangíveis adquiridos foram avaliada pela companhia e definidas, pelo prazo de vida estabelecido em 5 anos ou 60 meses conforme legislação fiscal.

k. Redução ao valor recuperável dos ativos (*impairment*)

Reconhecidos, se aplicável, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01, que dispõe sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos (*impairment*), estabelecendo os seguintes critérios:

Os ativos que têm uma vida útil indefinida não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por *impairment* ocorre quando o valor líquido contábil do ativo excede seu valor recuperável, sendo reconhecida diretamente no resultado.

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda do valor recuperável dos ativos. No exercício findo em 31 de Março de 2014, a Companhia não identificou nenhum indicativo de *impairment* relacionado ao valor de recuperação dos ativos da Companhia.

A Companhia entende que a realização de testes ao valor recuperável (*impairment*) aos ativos pertencentes ao patrimônio separado não se aplicam, em razão de os mesmos terem sua vida útil definida conforme o vencimento da operação.

l. Patrimônio Separado

Os valores administrados pela Companhia são constituídos sob a forma de patrimônio separado, onde são registrados os ingressos e dispêndios de caixa que são classificados quanto a sua forma, registrando a aquisição de papéis (lastros da operação) do originador (cedente) em contas de ativo, concomitantemente com o registro efetuado no passivo na conta (CRA'S) que se refere ao recebimento por parte do investidor.

Até o trimestre findo em 31 de Março de 2014, o patrimônio separado administrado pela Companhia totalizou o valor de R\$ 366.504 (2013 – 202.893)(balanços patrimoniais de cada Patrimônio Separado estão na Nota 16).

4 Aplicações financeiras

As aplicações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2013 e de 31 de dezembro de 2012 são compostas por aplicações em operações compromissadas realizadas junto ao Itaú Unibanco S.A., com vencimento final até 15 de setembro de 2016 (2012 - até 27 de novembro de 2017), entretanto, com liquidez imediata e sem descontos, em caso de resgate antecipado, e taxa de remuneração de 98% do CDI em 2013 (2012 – 99%) e, portanto, consideradas como equivalentes de caixa.

	31/03/2014	31/12/2013
Aplicações financeiras em operações compromissadas	187	136
	187	136

5 Impostos a recuperar

Referem-se aos impostos recolhidos na fonte sobre faturamento e imposto de renda sobre resgates de aplicações financeiras de exercícios anteriores (2012) que já está sendo objeto de compensação no exercício findo em 31 de março de 2014.

O imposto de renda e contribuição social foram apurados com base no lucro do trimestre, conforme divulgado na nota explicativa 3b.

	2014	2013
IRRF sobre faturamento	4	6
CSLL sobre Faturamento	3	4
IRRF sobre aplicação financeira	1	2
IRPJ Estimativa	9	-
CSSLL Estimativa	6	-
	23	12

6 Outros créditos/Contas a receber

Em 31 de março de 2014, a conta de outros créditos refere-se a gastos reembolsáveis, relacionados ao pagamento de despesas dos patrimônios separado, que será reembolsado à entidade posteriormente, no valor de R\$ 18 (2013 – R\$ 5).

7 Despesas Antecipadas

Em 31 de março de 2014, as despesas antecipadas referem-se a adiantamentos a fornecedores, relacionadas ao ano-calendário 2014 no valor de R\$ 82 (2013 – R\$ 1).

8 Fornecedores / Contas a Pagar

Em 31 de março de 2014, referem-se basicamente a montantes a pagar para os prestadores de serviços, tais como contabilidade R\$3 (2013 – R\$ 3), publicidade e propaganda R\$ 43 (2013 – R\$ 0) e outras contas a pagar R\$ 3 (2013 – R\$ 9).

9 Obrigações fiscais e previdenciárias

Referem-se a impostos e contribuições a recolher (FGTS, IRRF sobre salários, INSS, ISS, PIS, COFINS, IRPJ e CSLL).

10 Benefícios a empregados

Os benefícios a empregados concedidos pela Companhia referem-se, basicamente, a benefícios que envolvem auxílio refeição e assistência médica, os quais respeitam o regime de competência em sua contabilização, sendo cessados após término do vínculo empregatício com a Companhia.

	2014	2013
Auxílio refeição	2	2
Assistência médica	1	1
	3	3

11 Patrimônio líquido

O capital social totalmente subscrito e integralizado é de R\$135 (2013 – R\$ 135), dividido em 134.889 (2013 – R\$ 134.889) ações ordinárias nominativas.

A distribuição do lucro líquido da Companhia é realizada da seguinte forma: (a) absorção do saldo de prejuízos acumulados (b) 5% (cinco por cento) para a constituição de reserva legal, até que ela atinja 20% (vinte por cento) do capital social; (c) 25% (vinte e cinco por cento) do saldo destinado ao pagamento do dividendo obrigatório; e (d) o saldo, se houver, após as destinações mencionadas anteriormente, terá o destino que lhe for dado pela Assembleia Geral.

12 Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas referem-se substancialmente a:

	31/03/2014	31/03/2013
Consultoria	107	-
Taxas Cetip	3	3
Publicidade e Propaganda	45	-
Despesas de pessoal	30	22
Refeições e Lanches	3	-
Água/luz/telefone/Internet	14	2
Serviços de contabilidade	10	9
Viagens e estadias	1	1
Material de Consumo/Escritório	5	-
Taxas da CVM e Bovespa	1	1
Segurança	1	-
Confraternizações/eventos	6	1
Manutenção de Equipamentos	3	5
Pequenas Imobilizações	3	-
Despesas Tributárias/Financeiras	1	28
Serviços Pessoa Jurídica	11	-
Mensageiros	2	-
Depreciações e Amortizações	2	-
Outros	6	-
Total	254	73

13 Receita Operacional Líquida

As receitas operacionais líquidas são compostas por:

	31/03/2014	31/03/2013
Serviços prestados	370	50
PIS, COFINS e ISS	(36)	(5)
Receita Operacional Líquida	334	45

No trimestre findo em 31 de março de 2014 foram emitidos Certificados de Recebíveis do Agronegócio – CRAs (Nota 16a e 16b), desta forma a Companhia auferiu receitas referente aos serviços de administração dos Patrimônios Separados das emissões ativas e também com as novas emissões.

14 Partes relacionadas

No exercício findo em 31 de março de 2014 a Companhia efetuou transações com partes relacionadas. Estas transações geraram saldo a pagar de R\$ 2 onde R\$ 2 referem-se a pagamentos realizados pela Octante Gestão Recursos Ltda (Controladora) em nome da Companhia. Durante o trimestre de 2014, a Companhia realizou reembolso à Octante Gestão de Recursos referente a despesas pagas pela mesma, porém incorridas pela Companhia, o valor reembolsado foi de R\$ 1.

A remuneração que contempla a Diretoria Executiva da Companhia, que se refere a remuneração fixa, foi estabelecida na Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária realizada 30 de abril de 2014, no montante global para o exercício 2014, de R\$ 15, englobando, além da remuneração direta, os respectivos encargos legais.

15 Provisões Trabalhistas

Durante o trimestre de 2014 a Companhia efetuou o registro de provisões trabalhistas provenientes dos benefícios aos empregados (13º Salários e Férias), bem como o registro dos encargos incidentes sobre tais benefícios (FGTS e INSS sobre Férias e 13º Salários), desta forma tendo um saldo a pagar em 2014 de R\$ 7 (2013 R\$ 4).

16 Balanço Fiduciário

a. Sumário de informações complementares acerca dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRA)

Emissão	Séries	Emissão	Vencimento	Valor Total da Emissão (por Mil) (*)		Remuneração do CRA
Syngenta II	7ª, 8ª e 9ª	26/09/2013	30/12/2015	R\$	93.056	Senior: 106% do CDI; Mezanino: 110% do CDI; Subordinado: 112,1% do CDI.
Cheminova III	12ª, 13ª e 14ª	18/12/2013	31/07/2015	R\$	64.749	Senior: 11,03% a.a.; Mezanino: 18,49% a.a.; Subordinado: 13,16% a.a. (**)
Peninsula	15ª e 16ª	26/12/2013	30/12/2014	R\$	36.072	11,49% a.a.
CCAB	10ª e 11ª	21/01/2014	30/04/2015	R\$	116.058	11,9181% a.a.
Peninsula II	17ª e 18ª	28/03/2014	31/07/2015	R\$	33.508	CDI + 4%

- (*) Valores nas respectivas datas de emissão.
- (**) Representa a remuneração alvo para CRA Subordinado.

b. Balanço Patrimonial (em milhares de reais)

Série	7ª, 8ª e 9ª	12ª, 13ª e 14ª	15ª e 16ª	10ª e 11ª	17ª e 18ª
Ativo	99.617	69.810	37.849	124.841	34.387
Bancos	1.064	1	443	3.161	851
Recebíveis	97.996	67.903	35.673	120.767	33.536
Aplicações Financeiras	412	1.906	1.733	913	
Opção	145				
Passivo	99.617	69.810	37.849	124.841	34.387
CRA Sênior	88.045	46.617	29.607	87.621	26.515
CRA Subordinado	4.905	4.093	8.148	34.391	7.021
CRA Mezanino	4.901	18.982			
Outras Obrigações (i)	1.766	118	94	2.829	851

Observações:

- (i) A conta Outras Obrigações refere-se às despesas da operação previstas na emissão dos CRAs. Estas despesas são baixadas na medida em que ocorrem os pagamentos das mesmas. Nesta conta encontra-se também o Montante Retido, parcela do Valor de Cessão que será parcialmente retido na Conta Vinculada no montante equivalente ao valor nominal dos Créditos do Agronegócio cujas Duplicatas não tenham sido apresentadas até a data do pagamento do Valor de Cessão. Exceto na 7ª, 8ª e 9ª Séries cujo valor expressa o excesso de lastro dado por parte dos tomadores dos recursos e que deverão ser devolvidos aos mesmos após a quitação integral das 3 séries
- (ii) A Companhia comprou (pelo Patrimônio Separado da 7ª, 8ª e 9ª séries) contratos de opção de DI para fazer o hedge da estrutura das emissões tendo em vista que os lastros dos CRAs tem sua remuneração pré-fixada enquanto a remuneração dos CRA é pós fixada, em CDI.

Caso o CDI durante o prazo da operação seja superior ao estimado no dia da fixação das taxas dos lastros, os contratos de opções serão realizados de forma que o Patrimônio Separado tenha recursos suficientes para remunerar todos os investidores dos CRA.

c. Novas Emissões

No 1º trimestre de 2014 houve mais duas emissões:

- (i) A primeira ocorreu no dia 21 de janeiro de 2014, emissão da 10ª e 11ª Séries da 1ª Emissão de CRA (Certificado de Recebível do Agronegócio). A 10ª série corresponde ao CRA Sênior com valor de emissão de R\$ 85.800 e a distribuição ocorreu via oferta pública. A 11ª série corresponde ao CRA Subordinado com valor de emissão de R\$ 30.258, sendo que sua colocação foi privada junto a Cedente, e corresponde a aproximadamente 26% da emissão total. O Lastro da operação é composto por duplicatas emitidas pela CCAB Agro S.A..

- (ii) A segunda ocorreu no dia 28 de março de 2014, emissão da 17ª e 18ª Séries da 1ª Emissão de CRA (Certificado de Recebível do Agronegócio). A 17ª série corresponde ao CRA Sênior com valor de emissão de R\$ 26.500 e a distribuição ocorreu via oferta privada. A 18ª série é composta ao CRA Subordinado com valor de emissão de R\$ 7.008, sendo que sua colocação foi privada junto a Cedente, e corresponde a aproximadamente 21% da emissão total. O Lastro da operação é composto por contratos de compra e venda e duplicatas emitidos pela Península International S.A..

17 Ativos e passivos contingentes

Atualmente a Companhia não tem conhecimento de ser parte (pólo passivo e ativo) em nenhuma ação judicial, tributária, trabalhista e nenhum outro processo administrativo.

18 Gestão de riscos e análise de sensibilidade

Política de gestão de riscos

A Companhia possui uma política formal para gerenciamento de riscos cujo controle e gestão é responsabilidade da diretoria financeira, que se utiliza de instrumentos de controle através de sistemas adequados e de profissionais capacitados na mensuração, análise e gestão de riscos.

Adicionalmente, não são permitidas operações com instrumentos financeiros de caráter especulativo.

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco que surge da possibilidade de prejuízo resultante do não recebimento de terceiros dos valores contratados. O caixa da Companhia é investido em títulos de renda fixa ou em depósitos bancários de liquidez diária e junto a instituições de primeira linha. Esses investimentos estão sujeitos a risco de crédito. Em 31 de março de 2014, a Companhia possuía R\$187 (2013 R\$136) em aplicações em instituições financeiras brasileiras conforme nota 4.

Risco de mercado acionário

A Companhia pode investir em participações de companhias de capital aberto em bolsa de valores e, por isso, estaria exposta à volatilidade desse mercado. Em 31 março de 2014, Companhia não possuía participações em empresas listadas em bolsa de valores.

Risco de liquidez

É o risco em que a Companhia irá encontrar em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos a vista ou com outro ativo financeiro.

O caixa da Companhia é investido em operações compromissadas, indexados a taxas de juros, portanto variações nas taxas de mercado podem afetar o fluxo de caixa da Companhia.

A Companhia administra sua estrutura de ativos, passivos e capital com o objetivo de buscar otimizar sua estrutura de capital, possibilitar um retorno adequado aos acionistas e minimizar o risco de liquidez.

Risco de taxa de juros

O caixa da Companhia pode ser investido em operações compromissadas ou Certificados de Depósito Bancário (CDBs), indexados a taxas de juros, portanto variações nas taxas de mercado podem afetar o fluxo de caixa da Companhia.

Análise de Sensibilidade

A Instrução CVM nº 475/08 requer que as Companhias apresentem resultados com cenários de deterioração de risco considerável. As variáveis-chave influenciam os cenários e podem impactar os resultados e/ou fluxos de caixa futuros da Companhia. Abaixo seguem os resultados da análise:

A Companhia entende que esta exposta ao risco de variação do CDI, que remunera praticamente todas as aplicações financeiras. Dessa forma, apresentamos os cenários nos quais a análise será baseada:

- **Cenário Base:** Manutenção da taxa de juros média do CDI em relação ao verificado em 31 de março de 2014.
- **Cenário Adverso:** Diminuição em 10% da taxa de juros média do CDI em relação ao verificado em 31 de março de 2014.
- **Cenário Remoto:** Diminuição em 20% na taxa de juros média do CDI em relação ao verificado em 31 de março de 2014.
-

	Cenário Base	Cenário adverso	Cenário remoto
Mudança na Variável	8,86%*	7,97%	7,09%

(*) Obs. Taxa média do CDI entre 31/03/2013 e 31/03/2014. (fonte: Cetip)

Análise da Companhia

Fator de Risco	Instrumento Financeiro	Risco	Cenário base	Cenário Adverso	Cenário Remoto
Ativo Financeiro – Aplicações Financeiras*	Taxa de juros	Diminuição da taxa do CDI	204	202	200

(*) Tomando-se por base as aplicações financeiras disponíveis em 31/03/2014 e horizonte de investimento de 1 ano. * R\$ 187.

O impacto no resultado da Companhia em cada cenário:

Cenário Base: R\$ 17

Cenário Adverso: R\$ 15

Cenário Remoto: R\$ 13

A Companhia não apresenta análise de sensibilidade para outros ativos e passivos financeiros, pois não há risco de variação de taxa de juros que possa impactar o resultado e/ou fluxo futuro da Companhia.

19 Outras Informações

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos no trimestre fiscal de 31 de março de 2014 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, exceto pela operação de opção do patrimônio separado, descrita na nota 16.

20 Eventos Subsequentes

A Companhia realizou a emissão de uma nova série de Certificados de Recebíveis (CRAs) “Península III” que se efetivou em abril de 2014, cujo valor total da emissão será de R\$ 57.669, onde o CRA Sênior será emitido no valor de R\$ 46.100 e o CRA Subordinado R\$ 11.569.

21 Demandas judiciais

No trimestre findo em 31 de março de 2014 e em 31 de dezembro de 2013, a Companhia não esteve exposta a contingências ou riscos em processos judiciais ativos e passivos que resultassem em ganhos ou perdas possíveis, também não há a possibilidade de perda provável, porque não existem processos em que a Companhia esteja envolvida, consequentemente não havendo a necessidade de realizar quaisquer provisões para demandas judiciais às Demonstrações Financeiras.

22 Outros assuntos

A Administração efetuou uma avaliação inicial das disposições contidas na Medida Provisória 627, de 11 de novembro de 2013 (“MP 627”) e Instrução Normativa 1397, de 16 de setembro de 2013, alterada pela IN 1422 de 19 de dezembro de 2013 (“IN 1397”).

Embora a MP 627 entre em vigor a partir de 1º de janeiro de 2015, há a possibilidade de opção (de forma irrevogável) pela sua aplicação a partir de 1º de janeiro de 2014. A Administração ainda não concluiu se irá ou não efetuar a opção pela adoção antecipada. Segundo a avaliação preliminar da Administração, e tendo em vista a natureza das atividades da Securitizadora, não se espera que a eventual aplicação das disposições da MP 627 tenha impacto sobre a Securitizadora.